



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 27

Sessão Ordinária Junho

1.º Reunião em 16/06/2023

Aos dezasseis dias do mês de Junho do ano dois mil e vinte três, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no Auditório da Junta de Freguesia de Santa Joana, em Santa Joana, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pela Primeira Secretário, Maria Arminda Rodrigues Sousa Correia, e Segunda Secretário Maria Cristina Macedo da Costa e Veiga, e com a presença dos vogais, Manuel José Prior Pedreira Neves, Jorge Manuel Carvalho Moreira Caetano, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Casimiro Simões Calafate, Maria Teresa Fernandes Pires, Joana Eduarda Mónica Maio do Bem Paixão, Danilo Jorge Almeida, João Bastos Figueiredo, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Mário Júlio Mais Mostardinha, Nuno Frederico Miranda Leite, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Miguel António Costa da Silva, Arlindo José Vieira Tavares, Sara Alexandra Reis da Rocha, Eneide Manuela Soares da Silva Figueiredo Ferreira, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Jorge Manuel Correia Girão, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Carlos Gabriel Pires Morgado Bernardo, Ana Maria Pinho de Seiça Neves Ferreira, Mário Augusto Marques Ferreira Correia da Costa, Sara Sandra Resende Tavares, Rui Filipe de Oliveira Teixeira, Manuel Simões Rodrigues, Jorge Miguel Rocha Gonçalves, Pedro Filipe Oliveira Rodrigues, Marta Elisa dos Santos Dutra, Celme Cristina Jesus Tavares, Sónia Alexandra Oliveira Gamelas, e António Armando de Matos Nabais. Faltou o deputado Filipe Jorge de Mendonça Santos de Andrade Ramos.⁰⁰¹

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o vice-Presidente Rogério Paulo dos Santos Carlos, e os Vereadores, João Filipe Andrade Machado, Ana Cláudia Pinto Oliveira, Teresa de Jesus Lourenço Dias Grancho, Luis Miguel Capão Filipe, Fernando Manuel Martins Nogueira, Rui Jorge Soares Carneiro, e Rosa Maria Monteiro Venâncio.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião da sessão dos Vogais, Joana Filipa Ramos Lopes, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Pedro Machado Pires da Rosa, Lúcia Maria Ribeiro Borges, Rita Alexandra Monteiro Baptista, João Miguel Moniz Laranjeira Silva, e David Filipe Ramos Silva, pelos sucedâneos nas listas de candidatura, respetivamente, Jorge Manuel Carvalho Moreira Caetano, Eneide Manuela Soares da Silva Figueiredo Ferreira, Mário Augusto Marques Ferreira Correia da Costa, Manuel Simões Rodrigues, Celme Cristina Jesus Tavares, Sónia Alexandra Oliveira Gamelas, e António Armando de Matos Nabais.

Os sucedâneos nas listas de candidatura, Joana de Oliveira Teixeira, Rui Miguel Vieira Fernandes de Almeida, Rogério António Gonçalves Cachide, Maria João Matos, Ivo Renato Teixeira Rodrigues, António Mendes Couto, Beatriz Rodrigues Mota Carvalho, Andreia

Patricia Pereira da Fonseca, Eduardo Gonçalo Silva Antunes, Virgínia Maria Melo Matos, António José de Jesus Monteiro, Júlia Margarida Ribeiro Correia, Ivo Alexandre Costa Alves Angélico, Rui Miguel dos Santos Melo Faria, Isabel Alexandra da Conceição Marques, Jerónimo dos Santos Dias, Ana Cristina Valente Couras, Olegário Augusto da Costa Rocha, António Manuel Santos Salavessa, Joana Catarina da Silva Vaz Serra Lima, e Nuno Filipe Moreira Teixeira, pediram escusa.

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Catarina Marques da Rocha Barreto, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Firmino Marques Ferreira, e Henrique da Rocha Vieira, se fizeram substituir nesta reunião da sessão por Danilo Jorge Almeida, João Bastos Figueiredo, Mário Júlio Maia Mostardinha, e Nuno Frederico Miranda Leite.⁰⁰³

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida na subunidade de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, dando nota da mais importante e informando os senhores deputados que a desejarem consultar, a mesma se encontra disponível nos Serviços para consulta.

Prosseguindo, o Presidente da Mesa informou que ia colocar à votação do plenário as atas da sessão anterior, em tempo distribuídas por todos os membros da Assembleia.

De acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na votação os deputados municipais que não estiveram presentes:

Acta n.º 24 – Sessão Ordinária de Abril – 1.ª reunião realizada em 21-04-2023: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.⁰⁰⁴

Não votaram dos presentes nesta reunião da sessão, os deputados municipais ou os respectivos sucedâneos, Filipe Jorge de Mendonça Santos de Andrade Ramos, Joana Filipa Ramos Lopes, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Jorge Manuel Correia Girão, Lúcia Maria Ribeiro Borges, Rita Alexandra Monteiro Baptista, João Miguel Moniz Laranjeira Silva, e David Filipe Ramos Silva, Henrique da Rocha Vieira, e Victor Manuel Marques de Oliveira.

Acta n.º 25 – Sessão Ordinária de Abril – 2.ª reunião realizada em 28-04-2023: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.⁰⁰⁵

Não votaram dos presentes nesta reunião da sessão, os deputados municipais ou os respectivos sucedâneos, Joana Eduarda Mónica Maio do Bem Paixão, Jorge Manuel Correia Girão, Filipe Jorge de Mendonça Santos de Andrade Ramos, Rui Filipe de Oliveira Teixeira, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Lúcia Maria Ribeiro Borges, Rita Alexandra Monteiro Baptista, João Miguel Moniz Laranjeira Silva, David Filipe Ramos Silva, Catarina Marques da Rocha Barreto, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Henrique da Rocha Vieira, Victor Manuel Marques de Oliveira, Miguel António Costa da Silva, Arlindo José Vieira Tavares, e Sara Alexandra Reis da Rocha.

Acta n.º 26 – – Sessão Extraordinária em Maio – Sessão realizada em 16-05-2023: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.⁰⁰⁶

Não votaram dos presentes nesta reunião da sessão, os deputados municipais ou os respectivos sucedâneos, Filipe Jorge de Mendonça Santos de Andrade Ramos, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Marta Elisa dos Santos Dutra, Rita Alexandra Monteiro Baptista, David Filipe Ramos Silva, e Catarina Marques da Rocha Barreto.

Continuando o Presidente da Mesa da Assembleia, leu a “Ordem-do-Dia” enviada aos deputados municipais para esta Sessão Ordinária de Junho, cujos pontos se transcrevem:

(As intervenções, nos termos regimentais, têm como suporte gravação áudio.)

Ponto 1 – Apreciação e votação do Protocolo de Cooperação Especial entre a Câmara Municipal de Aveiro e a Junta de Freguesia de São Jacinto;

Ponto 2 – Apreciação e votação da proposta de Contrato para a Execução da Empreitada de "Requalificação e Ampliação da Escola Básica dos Areais" - Alteração às Fontes de Financiamento;

Ponto 3 – Apreciação e votação da proposta para a Hasta Pública de Imóveis Municipais;

Ponto 4 – Apreciação e votação da proposta de nomeação do Auditor Externo do Município de Aveiro;

Ponto 5 – Apreciação e votação da Prestação de Contas Consolidadas 2022 - Consolidação de Contas do Grupo Municipal;

Ponto 6 – Informação sobre a Atividade Municipal de 18ABR a 12JUN 2023;

Ponto 7 – Proposta de Recomendação – Introdução de limitações ao horário de trabalho em dias em que as condições climatéricas sejam incompatíveis com as funções fisiológicas dos trabalhadores que desempenhem funções em que estejam expostas às mesmas.

De seguida deu a palavra ao Presidente⁰⁰⁷ de Junta de Freguesia de Santa Joana, Victor Manuel Marques de Oliveira, anfitrião nesta sessão ordinária.

Presidente de Junta Victor Marques:⁰⁰⁸

“Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal Dr. Luis Souto, Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, Eng. Ribau Esteves, Ex.mos membros da Assembleia Municipal e Ex.mos senhores vereadores da Câmara Municipal de Aveiro, minhas senhoras, meus senhores, bem-vindos a Santa Joana.

Nascia o ano de 1985, quando Aveiro abria as suas portas à mais jovem freguesia do perímetro urbano. Passados 38 anos, esta comunidade, apesar de ainda jovem, já deu provas da sua tenacidade e da obtenção de um espírito comunitário que se eleva e que são prova, por exemplo, as Festas dos Santos Populares, que nos encontramos a viver e que se prolongam nos próximos 2 sábados e na qual estão desde já todos convidados. A verdade é que Santa Joana conseguiu ao longo dos tempos, criar uma identidade própria, repercutindo-se no seu manifesto desenvolvimento local e na melhoria das condições de vida da população. E deste caminho que dia após dia é concretizado por esta autarquia importa recordar ou enfatizar algumas dessas vertentes. Na Educação, a excelente comunidade educativa que aqui se insere, primordialmente as Associações de Pais, a Junta de freguesia promove um plano de atividades educacionais e culturais, intitulado PAEC, que possibilita a cada ano letivo um conjunto de mais de 10 atividades lúdicas e recreativas das nossas crianças, de onde se destaca o desfile do Carnaval Infantil ou o Dia Mundial da Criança.

Ainda nesta vertente, realçar, a dinamização por parte da autarquia do serviço da CAF, componente de apoio às famílias ou dos campos de férias realizados sempre na boa parceria com a Câmara Municipal de Aveiro e o Agrupamento de Escolas.

Na componente cultural, desportiva e de juventude, são várias ações, festas e iniciativas que congregam a população local, dando às mesmas diferentes formas de se viver a vida. Sendo esteio desse trabalho comunitário a nossa Tuna de Santa Joana e o Agrupamento de Escuteiros 319 Santa Joana. Na Ação Social, para além do fundo de apoio social próprio, do protocolo com a Câmara Municipal de Aveiro, e com o grupo comunitário paroquial e com o Centro Social Santa Joana Princesa, de forma a resolver as necessidades mais prementes daqueles que pouco têm e em situações de risco de vida.

No urbanismo, somos uma freguesia em franco crescimento e que nunca descora a relação residência lazer. Sendo o nosso território dotado de vários parques infantis, geriátricos, parques desportivos e de lazer, tendo todos sido requalificados ou construídos nos últimos 6 anos, no enlace das delegações de competências concretizadas, entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal de Aveiro.

Nas infraestruturas e serviços, a sede da Junta de Freguesia é a pedra basilar da congregação da nossa comunidade. Seja para recorrer aos serviços administrativos desta autarquia, recorrer ao posto de correios, ou envolver-se num espetáculo ou evento que ocorra neste nosso auditório.

No fundo, Santa Joana é uma freguesia onde dá gosto viver e que de portas abertas a todos acolhe – como hoje distintamente e orgulhosamente acolhe esta Assembleia.

Por fim, mas nunca por último, recordar aquela que dá o nome a esta comunidade e que a todos nos une na mesma divisa ‘Santa Joana Princesa’ que é à data falada internacionalmente, pela razão de ser patrona da Jornada Mundial da Juventude. Mas que desde sempre e para sempre, será para nós, residentes desta freguesia, motivo da Prece, Graça e de Bênção. Muito obrigado a todos. Bem hajam e bom trabalho.”

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Continuando o Presidente da Mesa informou haver um munícipe inscrito⁰⁰⁹ para intervir neste período regimental de intervenção do público.

Munícipe Jorge Pereira Simões:⁰¹⁰

“Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores e Senhoras Vereadores, Senhores deputados municipais, meus senhores e minhas senhoras. Vim falar do antigo edifício do Liceu Nacional de Aveiro. Construído em 1859 e atual Escola Secundária Homem Cristo. Foi o primeiro edifício construído em Portugal para ser Liceu. Daí a sua enorme importância e valor.

Vários artigos jornalísticos que nos apareceram em 2014 e 2015, fez com que me obrigasse a escrever um artigo no Diário de Aveiro, chamado, Aveiro de Alma, em julho de 2015. Onde mencionei a mesmíssima importância e valor patrimonial e que era importante salvar. No dia 2 de dezembro de 2022, passados 11 anos, imensos artigos e rumores jornalísticos, preparando os aveirenses para o interesse que a Câmara Municipal de Aveiro como adquirida do antigo Liceu Nacional de Aveiro para instalar serviços. Foi ainda publicado outro artigo no Diário de Aveiro, onde escrevi a reforçar a importância patrimonial, arquitetónica, cultural, urbanística, que este tem para a cidade de Aveiro, que ultrapassa a teimosia, obsessão e falta de respeito de alguns.

Artigo que considero ter sido censurado no título por ter sido considerado demasiado longo. Isto é, aceitei porque receie que não fosse publicado. O título na íntegra era: o

antigo liceu nacional de Aveiro manifesta anti obsessão, falta de respeito patrimonial e cultural da Câmara Municipal de Aveiro, que devia chamar mais a atenção para estes assuntos tão controversos.

Nesse mesmo meu artigo de 2 de dezembro, coloquei a questão de não compreender o porquê deste edifício com 164 anos, ser o primeiro edifício construído em Portugal como liceu, de uma beleza e equilíbrio arquitetónico impar, não ter sido ainda classificado como de interesse municipal e quiçá monumento nacional.

Não se compreende por que o edifício da Escola José Estevão esteja classificado como de interesse municipal tendo sido construído na segunda metade da década de 50!? A Direção Geral do Património Cultural tomou conhecimento ou foi informada sobre a importância da classificação também deste edifício, como de interesse municipal ou nacional?

Foi pedido algum parecer sobre se a Câmara Municipal de Aveiro podia fazer o que quisesse nesse edifício?

Luto arduamente, com amor e dedicação, ao amor cultural e simbólico deste edifício, onde andou o meu bisavô, o meu avô e o meu pai e que tanto enobrece a cidade de Aveiro, os quais me transmitiram e importância e a nobreza dos valores da cultura da honra e da dignidade.

Seria de grande importância e de valor cultural para a cidade de Aveiro que se honrasse esse edifício e fosse nele criado um centro de estudos e investigação científica de educação ou um centro de estudos de investigação do mar ou assuntos marítimos. Aliás, não é por acaso que estamos em Santa Joana e o avô da Princesa Santa Joana de Lencastre, era precisamente o Senhor D. Pedro, Duque de Aveiro e Coimbra, que foi pioneiro dos descobrimentos em Portugal.

A Câmara propõe-se construir um novo edifício para albergaria a escola secundária homem cristo – concordo totalmente. Mas e já agora porque não se constrói também um novo edifício para a Câmara Municipal de Aveiro de maior dimensão e sem falta de mobilidade, ficando os Paços do Concelho para a presidência e qualquer outro ritual solene.

Já agora tenho aqui um pormenor que queria chamar atenção. Sei que a Câmara Municipal de Aveiro não fez a distribuição de qualquer benefício do IRS nos últimos 10 anos, que penso será de 5 a 6 milhões por ano. Ao longo destes 10 anos perfaz mais de 50 milhões de euros. Não daria para fazer um novo edifício da Câmara?

Pergunto agora para findar. Se me é permitido pretendo entregar ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal Dr. Luis Manuel Souto Miranda, os dois artigos escritos e publicados no Diário de Aveiro para se possível serem distribuídos pelos deputados desta assembleia municipal, que penso que muitos não conhecem e era importante conhecerem.

Já agora vou dizer o seguinte: desde já informo que irei enviar para as revistas semanais e jornais nacionais, que quiserem publicar, os artigos reformulados que escrevi para o Diário de Aveiro. Era isto que queria dizer.”

Presidente da Câmara:[012](#)

“Muito boa noite a todos. Cumprimento o Senhor Jorge Simões e dizer duas ou três coisas muito simples. A primeira, pelos vistos o Senhor não foi, eu fui, aluno da Escola Homem Cristo durante 3 anos e, portanto, conheço-a muito bem. Pelos vistos vexa não teve essa oportunidade, eu tive essa oportunidade. Fui aluno 3 anos na Escola Homem Cristo. Segundo, li com atenção, eu não preciso de cópia, li com atenção os seus dois artigos no Diário de Aveiro. Em regra, dou atenção àquilo que os cidadãos escrevem, com todo o respeito e consideração, neste caso com total discordância de tudo aquilo que escreveu e de tudo aquilo que acabou de dizer.

Fazer duas notas. O valor patrimonial do edifício não tem a ver com o uso do edifício! E se vamos só falar de Aveiro e com poucos exemplos, podíamos dar imensos exemplos, mas quero também usar pouco tempo nesta minha intervenção (ouvem-se vozes)...

‘O Município abandonou a sala.’

Quero deixar-vos dois exemplos desta intervenção (isto é que é gente educada), mas eu vou continuar a responder ao cidadão como é evidente, como questão de principio e de educação. Vejam lá a tipologia de gente que defende este tipo de ‘valores’.

Mas eu vou acabar a minha resposta em consideração a quem ouviu a pergunta. Neste caso já não em consideração ao próprio, pela atitude miserável que acabou de ter, de abandonar a sala não percebemos exatamente porquê.

Voltando à questão. Não é o único que tira ou põe valor patrimonial a um edifício. Não é preciso sair de Aveiro para dar vários exemplos e poucos, eu só vou dar poucos exemplos sobre esta matéria. O nosso hoje Museu de Aveiro, Santa Joana foi um Convento, tirámos dignidade ao edifício por o transformarmos em Museu?

Perdeu algum valor patrimonial. Exatamente o contrário. Valorizamos patrimonialmente aquele imóvel com a obra de ampliação que já lá foi feita, com a obra de qualificação que lá vamos fazer e mudando o uso radicalmente. Porque o Museu e o Convento, em termos de vivência, obviamente, não tem coisíssima nenhuma a ver.

Segundo. Conhecermos todos, enfim, eventualmente, alguns não conhecem, o antigo Hospital de Aveiro, aquele edifício pequenino e belíssimo da Santa Casa da Misericórdia, que hoje, estando agregado aos serviços do hospital, não é um hospital, tem outros serviços dentro de si. Administrativos, morgue etc. e, portanto, perdeu algum valor patrimonial aquele notabilíssimo edifício pelo facto de ter hoje outro uso? Pelo contrário. Ganhou essa valorização, precisamente porque conseguimos cuidar do valor patrimonial com uma nova vida que, além do mais, permitiu investir a mesma coisa no antigo Convento de Jesus, hoje, onde é que haveria dinheiro para investir no Convento de Jesus, seguramente já estava num monte de cacos como é evidente.

A Assembleia Distrital, a distintíssima Assembleia Distrital, com um dos mais belos edifícios da nossa cidade. Hoje é a sede da comunidade intermunicipal da região de Aveiro. A vida da assembleia distrital e da comunidade intermunicipal da região de Aveiro, não tem nada a ver com nada. Mudamos a vida profunda radicalmente, mas cuidamos do valor patrimonial até hoje. E assim, seguramente, continuará a ser. Ou, para terminar, a antiga fábrica Jerónimo Pereira Campos. Talvez um dos mais notáveis imóveis da Arquitetura Industrial deste nosso país, e que, felizmente, depois da sua falência e do início da sua ruína, houve um governo, no caso liderado pelo professor Aníbal Cavaco Silva, que decidiu investir nele e entregá-lo ao Instituto de Emprego e Formação Profissional e lá estão os serviços do IIEFP, o Centro de Emprego e o Centro de Formação, lá está a Câmara com uma instalação provisória há 22 anos, que os serviços da Câmara estão provisoriamente ocupar aquele espaço. E um outro espaço que lá queremos definitivo e que venha a ocupar o edifício todo, que é o Centro de Congressos de Aveiro.

Portanto para dar nota que quem confunde património, valor patrimonial, valorização patrimonial, como usos, obviamente ou não percebe nada disto ou está a ir buscar razões ao absurdo para procurar defender aquilo que não tem defesa possível.

Aquilo que queremos é construir uma escola secundária, Homem Cristo nova, com a qualidade que esta não tem. Cumprindo as regras modernas que esta não cumpre. Terminando com os riscos (vou repetir a palavra e a expressão) terminando com os riscos que as pessoas que lá vivem profissionalmente naquele edifício correm e, obviamente, fazendo uma obra profunda de adaptação que, em termos estruturais e muito ligeira, no que

respeita aos valores patrimoniais apenas fará valorização, não se perturbará com a obra de reabilitação qualquer dos valores patrimoniais, mas com a obra terminar-se-ão os vários riscos que o edifício provoca a quem o utiliza.

Vamos lá colocar, queremos lá colocar os Serviços Municipais e, o compromisso que está publicamente assumido, uma unidade no rés-do-chão agregado ao hall de entrada, uma unidade museológica que conte a história daquele edifício e do seu patrono Homem Cristo. É isto que é a nossa aposta central de qualidade muito séria, muito construtiva e é por aqui que nós pretendemos ir.

Dando nota que, o Estado tem um compromisso com a Câmara de Aveiro desde o Presidente Girão Pereira. Apenas os sucessivos governos do país que, desde o terceiro mandato do Doutor Girão Pereira, assumiram o compromisso com ele de entregarem o edifício da Homem Cristo à Câmara de Aveiro em troca, pelos muitos terrenos que a Câmara de Aveiro entregou ao Governo do país para se construírem um conjunto de EB 2/3 no nosso município, os sucessivos Governos do país nunca cumprir o compromisso com a Câmara de Aveiro. Assumido não com o Presidente Ribau esteves, mas com aquele que foi e que será, enquanto houver lei de limitação de mandatos, o nosso cidadão que mais tempo exerceu a função de Presidente da Câmara Municipal de Aveiro.

Quanto às Contas, eu não vou perder o vosso tempo. Estas contas de IRS não têm pés nem cabeça, estão completamente erradas, são um disparate total. Estaríamos seguramente com um orçamento brutal se aqueles 5% de IRS pudessem render 5 milhões de euros por ano. Obviamente é de quem não percebe nada disto. Também nas contas está tão baralhado (eventualmente um bocadinho mais) quanto à relação dos usos dos edifícios com os valores patrimoniais. Muito obrigado.”

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Prosseguindo o Presidente da Mesa deu início ao Período Regimental⁰¹³ de Antes da *Ordem-do-Dia*, solicitando aos Grupos Municipais que indicassem quais os vogais que iam intervir neste ponto.

Membros da Assembleia

Vogal António Nabais (PCP)⁰¹⁴

Vogal Gabriel Bernardo (CH)⁰¹⁵

Vogal Pedro Rodrigues (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁶

“Obrigado Senhor Presidente. Na sua pessoa cumprimentar todos os que nos acompanham nesta Assembleia Municipal. No passado dia 09 de junho foi dada a notícia de ataques de matilhas em São Jacinto. Em fevereiro 2023 o PAN apresentou uma proposta nesta Assembleia Municipal para a construção de um parque de matilhas, que foi rejeitada, tendo o Presidente do Executivo afirmado que “encontrar matilhas no município é raro. Sendo que a matilha de 2018 (também de São Jacinto) deve ter emigrado”.

Afinal a matilha não emigrou e passado 4 meses destas declarações voltaram-se a repetir os relatos de 2018.

Em Abril de 2023, em resposta às cuidadoras de Eixo, e passo a citar “há duas matilhas registradas no município (Eixo e São Jacinto), é preciso retirar os cães mais selvagens... Não vamos fazer parque de matilhas, porque isso não tem pés nem cabeça, não está na lei, nem está em lado nenhum”. Em Maio 2023 o ICNF transmitiu à Câmara de Aveiro “que a solução para o alojamento imediato de uma matilha de cães assilvestrados é um parque de

matilha” — relembrando que existem apoios financeiros para esse efeito ou, em alternativa, a articulação com municípios que já dispõem de parques de matilha.

Quanto à captura, o ICNF transmitiu a necessidade dum pedido de licença e recomendou que as ações previstas incluam a colaboração de Associações de proteção animal, bem como dos cuidadores destes animais.

Ou seja, o ICNF apresentou recomendações à CMA que o PAN também já havia aqui proposto nesta Assembleia Municipal e que foram rejeitadas.

Deixamos-lhe as seguintes perguntas:

Um. Foram colocadas armadilhas em Eixo as quais foram retiradas por falta de licença! No entanto pelo menos um cão foi visto dentro de uma dessas armadilhas. Qual o seu destino?

Dois. Quando está prevista a urgente captura das matilhas e Eixo e S. Jacinto?

Em Eixo, já nasceram, entretanto, mais ninhadas. Em pouco tempo voltarão a ser cerca de 50 cães.

Em S. Jacinto foi noticiado que, os trilhos da Natureza da Reserva se encontram encerrados há 3 meses devido à presença da matilha. A Câmara Municipal de vai fazer um parque de matilhas ou já encontrou solução em outros municípios?

Fez-nos lembrar a chegada do Senhor Presidente a Aveiro, quando para não se preocupar com o assunto dos animais abandonados, encaminhou-os para abate em Ílhavo. E desde então, nunca se preocupou em encontrar soluções, como um parque de matilhas, nem sequer um centro de recolha oficial de animais.

Recordo que por várias vezes trouxemos propostas para mitigar e evitar o escalar deste tipo de problemas. No entanto, as propostas foram sempre rejeitadas.

Para uma Câmara que várias vezes justificou a intervenção para salvaguardar a segurança dos munícipes, por exemplo como justifica o corte de árvores ou fechar o parque de campismo, neste caso teve sempre uma postura passiva, para não dizer negligente. Obrigado.”

Vogal Celme Tavares (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[017](#)

“Muto boa noite a todas e a todos os presentes e também a quem nos acompanha on-line. No passado sábado, Aveiro acolheu a quinta edição da Marcha LGBTI+. Centenas de pessoas manifestaram-se em Aveiro na 5ª Marcha LGBTI da cidade, com cartazes e palavras de ordem a reclamar direitos iguais e o fim de todas as discriminações.

A marcha LGBTI de Aveiro tem juntado a cada ano 500, 600, 700 pessoas. Tem sido um enorme sucesso de mobilização e de ocupar as ruas de Aveiro com solidariedade e combate ao ódio.

E como sabemos que o seu sucesso é ainda maior? Porque o deputado municipal do Chega marcou para poucos dias depois da marcha, uma sessão pública sobre "ideologia de género". Essa resposta à enorme marcha LGBTI será feita numa pequena sala em Aveiro — às centenas responde com meia dúzia.

Os defensores das trevas não veem sequer a luz do dia. Estão derrotados.

Mas sobre ideologia de género quero apenas dizer que ela já existiu neste país até 1974. O regime fascista tinha ideologia de género: a mulher não podia votar, a mulher não podia sair do país sem autorização do marido, não podia trabalhar sem autorização do marido e, quando trabalhava, ganhava menos de metade dos homens, eram incentivadas a abandonar o ensino. É a esta ideologia de género, que os defensores das trevas querem trazer de volta. A ideologia de género do Estado Novo. Nós preferimos o ideal da democracia, onde a mulher pode ser o que quiser ser.

A luta LGBTQIA+ é feita todos os dias e precisa de ser uma luta de todas as pessoas e organizações. A marcha de Aveiro representa a luta por justiça e liberdade para todas as pessoas e por total respeito pelos direitos humanos.

Apesar de todas as dificuldades, apesar do avanço dos discursos de ódio na esfera social e política, é impensável não realizar a marcha LGBTQIA+ no segundo sábado de junho, o mês do orgulho. A marcha de Aveiro já faz parte da agenda da luta em Portugal, que, a cada ano, cresce, descentraliza-se, abarca outros coletivos, outras identidades, outras geografias e lança luz sobre o caminho que este país já percorreu o que ainda falta fazer.

Diversos municípios deste país avançam com a construção de planos municipais para a igualdade contemplando questões relacionadas com a identidade/expressão de género, orientação sexual e características sexuais. Invocamos o município de Aveiro a seguir também esse caminho e contamos que em 2024 seja hasteada pelo município a bandeira arco-íris no dia 17 de maio, dia internacional da luta contra a homo, bi e transfobia, por uma cidade, aberta, livre e inclusiva. Obrigada”

Vogal Jorge Gonçalves (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[018](#)

“Cumprimento o Senhor Presidente, o Senhor Presidente da Câmara e todos os meus colegas. Trago aqui duas ou três questões muito rápidas e que são as seguintes:

Não sei se a generalidade dos cidadãos sabe que a Câmara Municipal de Aveiro criou um Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas. Este plano municipal, em consequência da criação deste plano municipal, terá havido, penso eu há uns meses uma conferência ou colóquio, que eu não pude participar, e a questão que eu coloco neste sentido é saber qual tem sido o trabalho realizada após a criação deste Plano. Neste último ano, se tem havido efetivamente algumas melhorias no que diz respeito ao domínio da proteção ambiental e ainda nesta questão “en passant”, há também um plano municipal, o projeto LifePayt eu não sei se tive a dizer bem isto em inglês, para uma gestão mais eficiente de resíduos diferenciados.

Presumivelmente, não tenho a certeza, terá havido uma implementação deste projeto na urbanização Forca-Vouga penso eu, e eu gostaria de saber quais são os resultados práticos obtidos deste projeto.

Finalmente, e hoje estou na pegada ecológica, no que diz respeito ao projeto “Pegada Ecológica dos Municípios Portugueses”, nós gostaríamos de saber uma coisa clara que é, tem havido queixas dos cidadãos acerca (cidadão interessados) que referem que no caso de Aveiro concretamente, não está disponível a calculadora que permite a cada um calcular a sua pegada ecológica. Nós gostamos de saber porquê, em que medida, e se vai haver algo que possa alterar isso? Muito obrigado.”

Vogal Ana Seiça Neves (PS)[019](#)

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[020](#)

“Boa noite a todos. Excelentíssimo senhor presidente da mesa da Assembleia Municipal. Excelentíssimo senhor presidente da Câmara Municipal de Aveiro. Excelentíssimo senhor presidente da Junta de freguesia Santa Joana, na sua pessoa cumprimentar todos os cidadãos desta freguesia aqui presentes, e os que nos veem via net.

Desejava também em nome do PSD/Aveiro dar-lhe os parabéns e agradecer por nos ter recebido hoje aqui, nesta sua freguesia bem gerida, onde as pessoas que vivem se sentem bem. Obrigado amigo Vítor Oliveira em nome do PSD.

Depois voltando ao assunto que nos traz a Santa Joana, com muito agrado, a realização da Assembleia Municipal e no âmbito do PAOD queria referir-me a dois pontos, pois desejava um comentário do Senhor da Câmara.

Sobre investimentos. Investimento na junta freguesia de Santa Joana, podíamos falar de mais investimentos no concelho, mas vamos deixar esses para outras reuniões.

Hoje vamos falar sobre investimentos em Santa Joana e em reforçarmos sobre o facto investimento do Estado Central em contraponto com um investimento municipal.

Bairro do Griné. Bairro social deixado ao abandono e à degradação há muitos anos onde as condições de habitabilidade são reduzidas, para não dizer inexistentes.

Na habitação social a Câmara Municipal de Aveiro tem requalificado ou está em fase de requalificação todo o seu parque habitacional em todo o concelho. Pois bem, em Santa Joana o IHRU, o organismo do Estado Central proprietário do Bairro do Griné, vai agora e ainda não é totalmente certo, proceder a obras de requalificação em 2 blocos — bloco um e bloco sete, quando é do conhecimento geral que todo o bairro se encontra muito degradado, com apartamentos emparedados, outros fechados, logo não habitados. E com algumas ocupações clandestinas.

Mesmo assim, o PSD louva este investimento, mas lembra que não são 2 blocos que precisam de requalificação, mas sim todo o bairro do Griné. Também não podíamos deixar de referir e louvar que a Câmara Municipal tenha, a pedido IHRU, isentado todas as obras das respetivas taxas. Mas não podemos deixar de referir a diferença de atuação por parte do Estado Central. Ainda recentemente a cedência do espaço debaixo da ponte da A25 em que a Câmara vai fazer um parque de estacionamento gratuito, mas tem que pagar uma renda 1.000 euros mês da concessão. Aqui a Câmara Municipal isentou (e muito bem) o IHRU das taxas devidas por lei.

Outro exemplo em Santa Joana do não investimento do Estado Central. Quartel da PSP. Como todos sabem, situa-se aqui na freguesia de Santa Joana o quartel da PSP, um edifício construído para o efeito, mas que aos dias de hoje apresentam mau estado exterior, mais parecendo um edifício abandonado, feio, sem cor, com rachadelas visíveis, infiltrações, que se revelem na sua cor deslustrada e negra das suas paredes.

Senhor Presidente outro ponto sobre a Associação Nacional Municípios Portugueses. Há dias, ainda esta semana, lemos na imprensa o profundo desagrado por parte ANP sobre os apoios na área da Educação e na Saúde referentes à descentralização.

Assim lemos em palavras da Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, a sua desilusão pessoal e da Associação, com o desacordo de verbas sobre as escolas que passaram para as câmaras municipais e que precisam de requalificação. E também sobre ainda não mapeação dos edifícios na área da saúde, nomeadamente os centros de saúde e outras unidades a requalificar ou construir. O PSD gostava que nos esclarecesse sobre este assunto.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[022](#)

“Bom, tratarei de responder no ponto sobre a informação municipal, apenas com uma ou outra exceção, dada a pertinência do momento. E um deles que se agrega ao que aconteceu aqui na audição do público. Em relação às portagens, dizer ao Armando Nabais que concordo com quase tudo, apenas deixar a nota de que aquilo que nós defendemos não é a isenção total é a isenção nos circuitos intra NUT 3.

Portanto, nós entendemos que pagar portagem para uma circulação Porto/Lisboa, que passe por várias NUT 3 é plausível. O que não é plausível e fazê-lo nas circulações, por exemplo, entre o nó do Estádio e o nó das Quintãs. Isso entendemos que devia desaparecer.

Ou entre os nós que temos na A19 em Ovar ou dos nós que temos na ponta sul da nossa NUT3 da Região de Aveiro, em Vagos.

Quanto ao interior, isso é uma outra discussão que vai lá com pequenos descontos e, portanto, aí concordo inteiramente consigo, inclusivamente quando se fala da A25 ou da A23 que a abordagem aí deveria ser pura e simplesmente a abolição.

Uma nota sobre a questão que a Celme colocou para dizer o seguinte. Obviamente, autorizamos a marcha LGBTI, como é evidente, não no sentido de autorizar porque não é nossa competência, autorizar no sentido de que não havia nenhum inconveniente no espaço público solicitado. É aí que a gente diz “autorização”, mas é restritamente neste domínio que se aplica a palavra autorização. Consultamos as autoridades, o normal, e autorizamos com todo o respeito e sentido democrático.

Já quanto hastear a bandeira, quero dizer que não hasteámos e não hastearemos. Porque entendemos que não faz qualquer sentido. Todo o respeito, mas nos locais de estilo, para hastear bandeira, são os que o estilo manda que nós hasteemos as bandeiras do nosso país, do nosso município, da nossa União Europeia, naquilo que respeita aos edifícios municipais. E, portanto, entendemos que não faz qualquer sentido que hasteemos a bandeira LGBTI ou uma bandeira do Benfica ou do Porto, ou seja lá do que for. Portanto é a nossa decisão. Mas total respeito. Terão sempre o nosso apoio naquilo que são as nossas competências. Hastear bandeira, seja esta, seja de qualquer outro movimento. O que não falta são movimento pelo país e pelo mundo está cheio de movimentos que lutam por tudo e mais alguma coisa. Nós, democratas, concordando ou discordando, todos eles recebem o nosso respeito. Disponibilizar os mastros dos lugares de estilo nós entendemos que isso não se deve fazer. Respeitamos outras câmaras municipais que o fazem, mas discordamos, e nós não fazemos.

Dar nota à Celme que temos a nossa primeira versão do Plano Municipal para igualdade terminado, para o trazermos aqui. A lei não o obriga. Mas nós vamos traze-lo à Assembleia Municipal. Está na reta final da sua elaboração, feito internamente pelos serviços da nossa Câmara municipal. Não temos nenhuma entidade prestadora de serviços a elaborar esse nosso Plano.

Uma nota em relação às duas questões que a Dr.^a Ana Maria Seiça Neves trouxe. Uma, enfim, por causa da questão de há bocado, eu não percebi bem se a Dr.^a é a favor da mudança de uso, mantendo a preservação e, no caso, a valorização dos valores patrimoniais. Não percebi exatamente. Enfim, mas apenas deixar a nota de que não é o ser aluno que ama mais a escola. O que diria a Senhora Dr. se tivesse sido freira no Convento Dominicano de Jesus. Se tivesse sido Médica no Hospital da Santa Casa da Misericórdia ou se tivesse sido trabalhadora na fábrica, Jerónimo Pereira Campos.

Nós temos que respeitar os sentimentos, porque somos todos cidadãos. Eu tive uma experiência no meu primeiro ano de Presidente de Câmara com um senhor, que não conhecia de lado nenhum, que entrou no rés-do-chão, no foyer, da antiga fábrica Jerónimo Pereira Campos à procura da estátua do Jerónimo Pereira Campos, que eu sinceramente e já estava na Câmara há uns meses, nem sequer tinha ainda consciência que ela estava lá à entrada do lado esquerdo. Não tinha ainda consciência. E o senhor tinha lá trabalhado e estava à procura de ver a estátua do seu patrão — e eu achei aquilo muito giro, muito respeitável, mas o uso novo que ele lá viu, não tem nada a ver com aquilo que lá viveu quando lá trabalhou. Mas não feriu em nada os sentimentos de ele próprio e do valor patrimonial que está preservado, de uma forma absolutamente notável e valorizado, porque se estívéssemos à espera de manter aquele valor com a atividade de origem, pois com certeza tínhamos ali uma vergonhosa ruína, como ela já era, uma ruína muito feia. Então, quando partíamos de comboio, quem se lembra, do que se via ali, uma coisa horrível. Chamo a atenção para aqueles que, verdadeira e de forma absolutamente completa,

(incluindo o sótão e o telhado) conhecem o edifício atual da escola Homem Cristo, 'que é preciso agir. É preciso investir com sentido de urgência, antes que um dia destes a conversa seja profundamente diferente destas conversas que estamos para aqui ter. E quem de direito está devidamente avisado por nós, como não podia deixar de ser.

Uma outra nota sobre esta questão da rua João Mendonça e só falo dela, enfim, porque está na ordem do dia. Não se iniciou obra nenhuma, é um erro. É um erro de observação. Estamos exatamente o contrário. Estamos no fim da obra que, arredondando o nome, chamamos a qualificação do Rossio.

Estamos no fim da obra! E quando se está no fim da obra o que é que se faz quando se está no fim da obra? Faz-se aquilo que falta fazer. Portanto, há uma série de coisas que já estão feitas e faltam umas poucas, comparando com o todo já são poucas.

O que é que se faz quando se está no final de uma obra, faz-se o que falta. É uma questão de lógica. O que é que há além disto? Esta obra é uma obra financiada pelos fundos comunitários do Portugal 20/20. No caso do Programa Operacional Regional do Centro 20/20. Definitivamente a execução do programa acabou a 31/1/2023. Acabou, não há mais prorrogação. Já anunciei, repito, que o calendário da obra atual, aliás é público, levámos a reunião de Câmara, nós arredondamos e dizemos a "obra está pronta até ao final do ano". Mas a data formal, está formalmente aprovado, é o dia 30 de Novembro.

A maior parte, a esmagadora maioria da despesa da obra do Rossio que está na sua reta final, é exatamente na reta final que é produzida. Porquê? Como sabeis, relembro, toda a despesa respeitante ao parque de estacionamento propriamente dita e ao edifício de cave que tem o uso para o estacionamento, a estação elevatória, e a bateria sanitária, não tem um tostão de fundos comunitários.

O que é que financiam os Fundos Comunitários? É aquilo que na gíria da construção, chamamos a pele. O revestimento dos pisos, as árvores, o mobiliário urbano, o relvado, o parque infantil. Portanto são estas componentes que são financiadas pelo Centro 20/20.

São quase 3 milhões de euros. Eu sei que alguns tanto faz 3 milhões ou 30 milhões, levaram a Câmara a miséria financeira e, portanto, 3 milhões ou 30 milhões, querem lá saber. Nós não. Nós temos o mais absoluto respeito por 3 euros, por 300 mil, por 3 milhões.

E não queremos perder os 3 milhões, nem um qualquer euro desses 3 milhões.

E, portanto, a obra tem que continuar com toda a intensidade, com a qualidade com que tem decorrido e sempre gerindo a boa relação com a vida.

Podeis falar com o "Bacalhau e Afins" com um restaurante Molicheiro, com o Augusto, com o Hotel Molicheiro, porque a obra já lá passou à sua porta.

Já partiu tudo, já fez pó, já fez lama, e já acabou. Estamos na reta final da obra, faltam 70 metros para acabar a obra no que respeita a esta componente. E, portanto, estes comerciantes, estes operadores marítimo-turísticos, que ainda só via a obra com o passar de muitos camiões, obviamente, agora têm a obra à sua porta.

Como outros tiveram Verão passado. Há um operador marítimo-turístico que vocês nem se lembram dele, mas eu lembro-me. Ainda a semana passada reuni com ele, porque é de todos o mais escondido e que está escondido pelos taipais da obra desde o início da obra.

E, portanto, não vale a pena esta atitude completamente absurda de dizer que se está a iniciar uma obra. Não, está-se a acabar uma obra, que tem que se acabar até antes do final do ano, porque nós não podemos, não queremos perder um tostão de financiamento comunitário.

E como foi até aqui, daqui para a frente, todo o cuidado, toda o profissionalismo da nossa a equipa de fiscalização, do nosso empreiteiro, vai continuar a acontecer para que a vida da obra e a vida de tudo, do comércio, dos operadores turísticos, dos residentes, de quem só passeia, esteja compatibilizado o melhor possível.

Foi assim que fizemos até aqui e tivemos em 2022 o melhor ano turístico de todos os tempos de Aveiro. Vai continuar assim em 2023. E vamos ter o melhor ano turístico de todos os tempos. E é minha profunda convicção que conseguiremos cumprir o objetivo de ter mesmo a obra terminada até ao final do ano. E é minha profunda convicção, também porque vamos ser Capital Portuguesa da Cultura em 2024, também porque vamos continuar a fazer um conjunto de ações de qualificação do nosso território, de promoção do nosso território, que em 2024 vamos voltar a bater o Record de todos os tempos do Turismo em Aveiro. E aí já não haverá obra se tudo continuar a correr bem.

Só quem não percebe nada de obras é que pode vir aqui dizer “parar-se a obra.” Uma operação dessas, custa centenas de milhares de euros. Isso é uma loucura absurda. Mas alguém parou a obra no ano passado? Tendes noção na vossa memória o quanto aquela obra perturbou os residentes, comerciantes e turistas no Verão do ano passado? A memória já não os lembra, nós lembramo-nos, até temos fotografias. Aquela obra é filmada todos os dias. Se alguém quiser ver fotografias a gente mostra. Portanto não vale a pena este exercício demagógico.

Os operadores e os comerciantes querem o seu bem, nós também. Estamos a brincar ou quê? Nós também. Quem criou condições para que estes operadores marítimo-turísticos tenham dado uma fortuna absurda por aqueles cais na última hasta pública fomos nós. Fomos nós, Câmara, que com o dinamismo, com a qualidade, com o investimento, com a promoção, que levamos desde há 3 anos, os operadores tenham dado valores que nós achamos que foram absolutamente excessivos. Mas foi a vontade deles numa hasta pública livre e legal, como não podia deixar de ser.

Portanto não vale a pena este tipo de atitudes. Nós vamos continuar a trabalhar, garantindo que quem começou a obra e quem quer acabar a obra rapidamente, relembro que continuamos a ter tensões inflacionistas dramáticas. As todas as nossas obras a cada mês além de pagarmos a fatura do mês respeitante aos trabalhos executados, pagamos cerca de 20% a mais, pela revisão extraordinária de preços, nos termos da lei, obviamente.

Cada vez que nos arrastarmos além de pagarmos a obra que se faz nesse mês, vamos também pagar mais 20% de outros custos que prorrogar podia ter. Portanto, é neste quadro que nós estamos a trabalhar em diálogo com toda a gente. Porque uma coisa é o diálogo. Eu reuni, enfim, há uma das empresas em que não há diálogo possível. São pessoas que só fazem asneiras. Andaram a meter as grades ao chão, temos já, não sei se três ou quatro processos em Tribunal. Há um operador, um senhor e a sua esposa, que não vale a pena, é um caso perdido. Com todos os outros, reuni com um deles na semana passada, com outro há duas semanas. Diálogo absoluto, franco, tranquilo. Mas esperem aí, dialogar não é fazer a vontade de cada um, porque isso então era anarquizar a gestão. Aliás, se fosse assim, não fazíamos nada em lado nenhum. Nem em Santa Joana, nem em lado nenhum. Porque não é possível, nós aqui todos que somos um grupo pequeno estarmos todos de acordo em relação às obras, quanto mais pormos 81 mil cidadãos de acordo relação seja ao que for, não é possível.

E, por isso que a democracia é representativa e gerimos a vontade das pessoas com representatividade e com atos eleitorais de 4 em 4 anos.

Segurança garantida em absoluto. Planos de Emergência. Senhora Dr.^a esta obra cumpre todas as regras de segurança e é a obra mais fiscalizada. Já agora, nunca disse isto, olhe, se há obra fiscalizada pelas autoridades inspetivas do nosso país, é esta. Os serviços da CCDR, do Ambiente, da ACT, já visitaram em termos inspetivos esta obra, que todas as outras obras da Câmara somadas. Sabeis, por mais que vos custe, que são muitas.

Por exemplo a obra da Avenida é onde está sediado dos serviços da ACT. Nunca foi visitada pela ACT. Portanto fique a senhora Dr.^a tranquila, porque sei que a maioria está, que nós gerimos esta obra com todo o profissionalismo, com toda a qualidade, e confiamos, como eu

disse aos nossos operadores marítimo-turísticos, façam bem o vosso trabalho que nós fazemos bem o nosso trabalho. Na certeza absoluta que se todos fizermos o nosso trabalho bem, vamos cumprir 2 objetivos importantes. Um, vamos acabar a nossa obra bem e dentro do prazo que está definido. Dois, os nossos comerciantes, os nossos operadores marítimo-turísticos vão fazer mais um fantástico Verão, como estão a fazer um fantástico ano. Porque, obviamente, é bom lembrar a todos, que todos sabem, estamos quase com metade do ano já vivido e bem vivido. A unidade hoteleira que lá está, na Páscoa, que é sempre um tempo alto, teve ocupação a 100%. Como é que estavam os passeios à frente da unidade hoteleira? Completamente destruídos, tudo em obra. Alguém chegou à porta e virou para trás e anulou a reserva? Ninguém. Portanto é neste quadro que vamos continuar a trabalhar com toda a dedicação. As restantes questões responderei no ponto seis. Muito obrigado.”

Concluídas as intervenções do Período Regimental de Antes da Ordem-do-dia, o Presidente da Mesa iniciou a *Ordem-do-dia* da Sessão.

Ponto 1 – Apreciação e votação do Protocolo de Cooperação Especial entre a Câmara Municipal de Aveiro e a Junta de Freguesia de São Jacinto.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública, realizada em 01/06/2023, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara⁰²³ para apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²⁴

“Este ponto encerra o processo de deliberação de 4 órgãos autárquicos para procurarmos formalmente ter uma solução para o grave problema da Junta de freguesia São Jacinto.

Já aprovamos este documento na Câmara Municipal, já o aprovaram os autarcas da Junta de Freguesia e da Assembleia de Freguesia São Jacinto. E, para completar o quarteto, falta na Assembleia Municipal de Aveiro. Obviamente que aquilo que decidimos fazer, no caso de uma operação que é delicada, no caso de uma operação que não é a transposição de um quadro legislativo que exista e que tenha uma tipologia de solução, nós usámos uma no nosso programa de apoio municipal, mas esta tem uma formulação absolutamente original, procurando tirar bom proveito de termos uma solução por transferências financeiras para o grave problema financeiro da Junta de Freguesia de São Jacinto e tomámos mão da gestão dos equipamentos desportivos que integram o complexo desportivo de São Jacinto e que, obviamente, estão num estado que precisam de investimento, precisam de gestão, para voltarem a estar e com qualidade ao serviço de todos os cidadãos.

Obviamente, sempre em primeira linha com aqueles que residem naquela zona do nosso município. Portanto, a operação que fazemos junta estes dois objetivos.

Dei a volta a todo o país, como diz a proposta, como diz o documento que vos trazemos, para arranjar ajuda para estruturar uma solução.

Falei com toda a gente, com a Senhora Ministra da Coesão Territorial, com o Secretário de Estado da Administração Local, com a IGF, com o Tribunal de Contas, com a CCDRC, com o FAM, portanto todos aqueles que são entidades do Estado que nos podem ajudar. Falei com todos eles. De todos eles obtive aquela resposta que eu já sabia, apenas precisa de a ouvir de cada um, para confirmar, o país não tem uma solução que esteja na lei para que

nós peguemos na solução e resolvamos o problema como têm os municípios portugueses, que está na lei o mecanismo para resolver problemas desta natureza financeira nos municípios que é a lei do FAM. Não há soluções na lei formatadas para as Juntas de Freguesia. Foi-me dito também, nomeadamente pela entidade que conhece destas coisas, que é a Inspeção-Geral das Finanças, que não há memória na IGF de uma situação tão dramática e tão financeiramente desestruturada como esta da Junta de Freguesia de São Jacinto.

Imaginarão os colegas autarcas que há outras Juntas de Freguesia despistadas financeiramente, mas nenhuma daquelas que estão com conhecimento formal na Inspeção têm uma situação sequer parecida, na dimensão da relação da receita normal com a dívida que existe em São Jacinto.

E, portanto, é neste quadro que nós formatámos esta solução. Esta solução tem uma dimensão financeira que ultrapassa o valor que a lei determina, que é o valor que faz a diferença num processo de ir ou não ir a Visto do Tribunal de Contas, que são os 750.000 euros e, portanto, claramente a solução ultrapassa esse valor e, portanto, a decisão que nós propomos à Assembleia Municipal, mais as outras 3 que já estão tomadas, obviamente só terão validade se tiver o Contrato que, enfim, se aprovado hoje assinarei nos próximos dias com o Senhor Presidente da Junta de São Jacinto e poder enviar o Processo para o Tribunal de Contas. Mas, obviamente, repito, que só com o Visto do Tribunal de Contas aquela solução, esta solução que está definida nesta proposta, tem viabilidade legal. Ou melhor, tem legalidade para poder ter viabilidade na sua aplicação.

Obviamente que a Câmara tem capacidade financeira para o fazer, como é evidente. Aliás o próprio documento o refere. Se não tivéssemos o tal cabimento de enquadramento orçamental, pois com certeza que logo aí estava garantido o chumbo do Tribunal de Contas como é evidente. Se não houver cabimento nenhuma despesa pode ir a Tribunal sem cabimento, porque, obviamente, pode estar tudo o resto certo, mas se não tiver cabimento acabou. Não há visto. E, portanto, essa dimensão está devidamente tratada.

Trabalhámos, ou melhor, acompanhámos o trabalho da Junta de freguesia, do Senhor Presidente Rui Tavares e da sua equipa, para que a estrutura documental da Junta de Freguesia estivesse finalmente na ordem, porque não faz sentido ou não faria sentido nós estarmos aqui hoje a aprovar uma operação que tem, obviamente, uma estrutura de grande envergadura, que resolve dois problemas que entendemos que são graves e que carecem desta solução. Não faria sentido se nós não tivéssemos, como temos hoje, a certeza que a Junta de Freguesia e a Assembleia de Freguesia aprovaram as Contas de 2021, as Contas de 2022, embora, obviamente, os atuais autarcas fizeram no texto da introdução do relatório a devida reserva de responsabilidade política, como é óbvio, porque apenas tomaram posse nos primeiros dias de Dezembro do ano 2022.

E, o outro documento que faltava, para estar regular a estrutura dos instrumentos de gestão, que foi o Plano e Orçamento do presente ano 2023. E, portanto, foi isso que fez a Junta de Freguesia e foi isso que fez a Assembleia de Freguesia ontem mesmo.

Portanto hoje temos esta estrutura de enquadramento devidamente tratada para podermos dar este passo, que é muito importante.

Portanto, com toda a ambição de quem trabalhou muito para inventar esta solução, com toda a humildade de quem sabe que esta solução não é tirada diretamente de um qualquer quadro legal, com um agradecimento a todas as ajudas que recebemos, com uma palavra muito especial à Dr.^a Maria José Castanheira Neves, jurista chefe da CCDR, recém reformada, recém aposentada nos últimos dias. E ao Senhor Presidente do Tribunal de Contas, que deram contributos, obviamente, nessas interações informais, mas que foram de grande utilidade para nós desenvolvermos este trabalho.

E, obviamente, uma palavra final ao Presidente Arlindo Tavares, a toda a sua equipa, por todo trabalho que fizeram neste pouco tempo. Toda a disponibilidade para que, com toda a abertura, tivéssemos feito este trabalho com muitas horas de conversa, de e-mails, de reuniões presenciais, de conversas telefónicas, obviamente para podermos vir a ter, este é o grande objetivo, podermos vir a ter uma Unidade do Estado, que é uma junta de freguesia, viabilizada. Porque sem uma operação desta natureza ou outro qualquer plano que possa ser forjado, não temos a ambição de dizer “esta é a única solução que o mundo pode ter para este problema” — era o que mais faltava. Esta foi a solução que encontramos. Temos essa ambição e temos essa humildade, mas temos também a noção de que é muito importante o cumprimento do outro objetivo, que é pegar num ativo, que é um ativo que a Junta de freguesia tem, que está a precisar (toda a gente sabe, quem conhece) de um investimento importante de qualificação para voltar a abrir a porta, para voltar com toda a qualidade, com toda a segurança, a estar ao dispor de todos aqueles que de forma mais permanente ou mais pontual, frequentem e vivem aquela zona do nosso do nosso município. Portanto é neste quadro que eu quero deixar essa palavra de agradecimento ao Presidente Arlindo, de seguirmos, obviamente para a interação próxima com o Tribunal de Contas, com todo o respeito e, obviamente, por ter por aqui uma vida nova para a Junta de freguesia, para que possa voltar a ter uma vida normal, de ter capacidade financeira, estar livre de penhoras, poder fazer contratos de delegação de competências, aprovados também aqui na nossa Assembleia Municipal e podermos também dar a tal vida nova e colocar ao serviço dos cidadãos os equipamentos desportivos que integram a tal estrutura a que se designa chamar como Complexo Desportivo de São Jacinto. Portanto é esta a palavra de introdução Senhor Presidente. Estarei obviamente ao dispor para qualquer questão que entendam por bem. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal António Nabais (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁷

“Nós não estamos contra esta proposta que veio, que é apresentada pelo senhor presidente da Câmara, pela digníssima Câmara. Nós estamos a favor dos objetivos desta minuta de protocolo. Achamos que vem no sentido positivo, mas não podemos deixar de referir que São Jacinto tem sido muito esquecido nestes 50 anos após o 25 de Abril. São Jacinto tem potencial natural, turístico, em relação com o mar e com o ambiente privilegiado. São Jacinto é uma povoação de gente de trabalho que merece mais. Desenvolvendo São Jacinto, mais os fregueses ganham. Mas os munícipes de Aveiro também ganham. Por isso votamos a favor, mas dizemos desde já que temos reservas sobre alguns aspetos.

Um protocolo de 30 anos é para uma geração. Vamos decidir uma coisa que terá implicações nas próximas gerações. Temos reservas quanto à gestão pública e o seu universo de utilização sobre gestões discricionais devidamente habilitadas. E porque não acreditamos que o município vá para este tipo de contratação, este universo, mais não será, quiçá, uma gestão privada. Se assim for é de preocupar e deve haver alguma preocupação por parte de dos residentes de São Jacinto na utilização desse espaço.

Temos reservas em relação à dívida. Pelos elementos que temos a dívida é muito menor que a indicada no protocolo. Por esse motivo, após a votação, faremos uma declaração de voto. Resumidamente, achamos que a dívida é muito inferior a 610 mil euros. Devem ser contabilizados eventuais incumprimentos no município com a freguesia. Pensamos que é fundamental que haja uma Auditoria feita pela entidade competente, independente, às Contas entre o município e a freguesia.”

Vogal Gabriel Bernardo (CH)⁰²⁸

Vogal Celme Tavares (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁹

“Muito resumidamente. Viabilizamos o resgate da Junta de Freguesia, mas criticando profundamente a má gestão que aconteceu pelo PS nas suas funções na Junta. Queremos, no entanto, deixar o alerta ao executivo da Câmara Municipal de que rejeitaremos no futuro qualquer alienação ou concessão a privados que possam vir a ser ambicionadas. Disse.”

Vogal Maria Inês Abreu (CDS)⁰³⁰

Vogal Ana Seiça Neves (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³¹

“Tenho pena que a minha a minha colega de profissão e deputada Inês não esteja aqui para estar sempre a olhar para ela, como se o discurso me fosse dirigido! Agradeço-lhe essa boa vontade, mas realmente não consigo estar sempre a olhar para si. Não consigo, porque estou longe.

Quanto a este ponto o PS vai votar favoravelmente o Protocolo de Cooperação Especial entre a Câmara e a Junta de Freguesia São Jacinto, bem como a necessidade do seu envio para o Tribunal de Contas. Somos, aliás, os primeiros a querer que se faça Auditoria, pois enquanto tal não acontecer, o presente e o futuro da Freguesia estão comprometidos. Independentemente de denominar este protocolo de “operação especial” juridicamente não creio que exista tal denominação, mas o PS não vai pôr em causa a tal situação. Gostaríamos de saber como é que a Câmara chegou o valor da dívida da Junta de freguesia? A dívida da Junta de freguesia à Câmara no valor de 610.000 euros.

Primeiro, com base em que documentos ou em que valores de gestão do Parque de Campismo, se chegou a estes valores? Pois o que dizem reiteradamente é que a Junta de Freguesia não tem documentação de suporte da gestão do Parque!

Neste valor, estão incluídos 40% da receita a transferir para a Câmara, como preconiza o antigo protocolo, pergunto?

E quanto aos 720.000 euros de dívida, relativos à gestão da Junta, nesse valor está incluído a dívida a Terceiros?

Por tudo isto se reafirma mais uma vez, a urgente necessidade de intervenção das entidades competentes para aferirem do valor do valor real dessas dívidas. Finalmente, em que ponto é que se encontra a queixa apresentada à IGF?”

Vogal Arlindo Tavares (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³²

“Senhor Presidente da Assembleia, aproveito para cumprimentar a restante Mesa. Cumprimentos ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, caros membros desta Assembleia. Este protocolo aqui hoje apresentado com o nome de protocolo de cooperação especial, bem poderia ter outro nome “Plano de Salvação da Junta de Freguesia de São Jacinto”.

Após anos de má gestão pelos executivos liderados pelo Partido Socialista na nossa junta de freguesia, e vou ficar-me apenas pela má gestão, encontrámos a nossa junta de freguesia mergulhada num grave e difícil situação financeira, cujo valor final de dívida ascende aos 720.000 euros!?”

Recordo, que deixaram apenas 8 euros nas Contas da Junta de freguesia São Jacinto quando tomámos posse.

Encontrámos planos de pagamento de dívida, por cumprir. Penhoras em andamento e arresto de bens já agendados. Enviámos um ofício a cada credor, pedindo ajuda.

Ajuda na tentativa de nos dar tempo, para conseguir conjuntamente com Câmara Municipal, uma solução para o nosso problema, porque o país não tinha.

Encontramos uma possibilidade, uma porta aberta, que no passado não quiseram aceitar. Trabalhamos em equipa, para elaborar um protocolo no qual hoje esta Assembleia irá pronunciar-se, após a votação da aprovação dos 3 órgãos, Câmara, Junta e Assembleia de Freguesia, todos aprovados por unanimidade.

Este protocolo assume 3 pontos estratégicos. Com este protocolo, pretende-se que a Junta de Freguesia honre todos os compromissos assumidos com os seus credores indo ao encontro daquela que foi sempre a sua primeira prioridade absoluta desde o primeiro dia de trabalho, honrar o compromisso assumido com os cidadãos, e de recuperar o bom nome e reputação da Junta de Freguesia de São Jacinto. O valor será utilizado para pagamento da dívida, com planos de pagamento exequíveis a cada credor.

O Complexo Desportivo de São Jacinto apresenta hoje um elevado estado de degradação nos seus equipamentos. É necessário um grande investimento naquela área. É necessário dotar de melhores condições para a prática desportiva que, em conjunto com o Car Surf, possamos ter um parque desportivo atrativo. A Junta de Freguesia não tem capacidade financeira para realizar os elevados investimentos necessários. Mesmo hoje tem dificuldades em assegurar o pagamento de despesas correntes daquele complexo desportivo. Com este protocolo, poderemos esperar investimentos reabilitação dos equipamentos desse complexo, dotando não só freguesia, mas também o concelho, de uma infraestrutura com capacidade para várias modalidades desportivas. Com este protocolo também acaba de uma vez por todas um litígio que dura há muitos anos sobre a dívida da Junta de Freguesia São Jacinto para com Câmara Municipal relativamente ao Parque Campismo. De uma vez por todas, extingue-se uma dívida, nunca assumida pelas duas entidades, mas que com este protocolo coloca um ponto final nesta história.

Em jeito de quase conclusão deixo bem vincado que a culpa não vai morrer solteira. A população assim o pede.

Face às denúncias apresentadas ao Tribunal de Contas e à Inspeção-geral de Finanças, solicitando auditorias e denunciado práticas de gestão não conformes, da parte Tribunal de Contas já começámos a obter alguma solicitação de informação documental sobre essas denúncias. Havendo já interações entre nós e o Tribunal de Contas. Mas da parte da Inspeção-geral das Finanças, nada.

Deste modo, faço um apelo à entidade da Inspeção-geral das Finanças, para que pegue neste processo e venha Auditar as Contas da nossa junta de freguesia São Jacinto. E que todas as conclusões que daí possa retirar e havendo matéria criminal, que a possa participar ao Ministério Público.

Por ultimo, um agradecimento ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Aveiro que foi incansável neste processo. Este trabalho de grande esforço conjunto entre a Junta de Freguesia de São Jacinto e a Câmara Municipal de Aveiro, assenta numa reestruturação total da dívida e de toda a estrutura financeira da junta. Garantindo também a possibilidade de prestar serviços de qualidade aos cidadãos. Ter capacidade financeira para a manutenção e gestão dos seus equipamentos, permitindo condições para atribuição das Delegação de Competências pela Câmara Municipal de Aveiro na Junta de Freguesia no futuro próximo.

Deixar uma nota. Ontem aprovámos as Prestação de Contas de 2021 e 2022 e Orçamento para 2023. Pela primeira vez nestes últimos 5 anos, ao mês de Junho, a Junta de Freguesia de São Jacinto não tem nenhuma Prestação de Contas em atraso para apresentar.

Podem contar com a nossa capacidade de bem gerir financeiramente a nossa Junta de Freguesia. Confesso que tem sido um trabalho muito duro. E deixo uma palavra também a minha equipa, que me acompanha, que passados um pouco mais de 6 meses desde a tomada

de posse até hoje, não recebemos um cêntimo da Junta de Freguesia de São Jacinto, porque temos utilizado esses valores para tentar e repito, tentar ter os salários nossos colaboradores em dia. Este Protocolo é necessário e importantíssimo para o futuro da nossa Junta de Freguesia de São Jacinto. Disse.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³³

“O Protocolo entre a Câmara Municipal de Aveiro e a Junta de Freguesia, este ponto para nós PSD é um assunto muito delicado. Mexe com as pessoas e as pessoas de São Jacinto não mereceram e nem merecem estar a passar por uma situação destas.

A Junta de Freguesia de São Jacinto foi arrastada para esta situação de uma dívida colossal e não comparável com outra qualquer no país, por uma gestão incapaz, incompetente e irresponsável. Não pode ser atribuída a ninguém pessoalmente, mas sim a um estilo, uma regra e um dogma que em Aveiro todos queríamos esquecer, mas que voltámos a ser lembrados.

Estamos a falar de um estilo de gestão e de governação que levou a Câmara Municipal de Aveiro em tempos idos, a uma das maiores dívidas camarárias do país e a um rácio brutal de capital e onde apareceram dívidas, penhoras e proximidade de bancarrota.

Só as medidas extraordinárias como a da intervenção do Fundo de Apoio Municipal com o programa de ajustamento municipal e com uma boa gestão deste executivo, nos levaram a sair desse legado de dívidas e penhoras deixadas nessa altura por uma péssima gestão socialista.

Hoje, alguns anos passados, que todos pensávamos nunca mais vir a passar, é isto que a gestão incapaz, irresponsável, incompetente, num projeto socialista, volta a deixar um legado de dívidas, penhoras, de que nenhum aveirense se orgulha.

Para o PSD o problema das Contas e dívidas da Junta de freguesia São Jacinto tem três pontos em análise. O passado, o presente, e o futuro.

No passado esta enorme dívida com um rácio superior a treze é resultado de um projeto, de um modo de gestão, incapaz, irresponsável e incompetente.

É um projeto e o modo de gestão socialista. O PS, atempadamente, não quis reconhecer o erro. Candidatou a mesma pessoa e mesmo agora, nas últimas eleições, colocou em número 2 a então Tesoureira que tinha chumbado as Contas!? E em número 3 propôs um ilustre gestor da coisa pública, que suspendeu o seu mandato na Assembleia de Freguesia da Glória e Vera Cruz, para ir salvar as Contas de São Jacinto. Como o povo de São Jacinto reconheceu, apesar das competências do grupo, o senhor não foi eleito e, pasme-se, voltou à Assembleia de Freguesia da Glória Vera Cruz, de onde já renunciou ao cargo.

Portanto, São Jacinto era uma aposta política do Partido Socialista e não de alguém em particular. Essa aposta era o corolário da tal gestão incapaz, incompetente e irresponsável.

Para mais, todos aqui ouvimos as hossanas ao António Aguiar quando na Assembleia Municipal se abordou sobre a situação da Junta de freguesia São Jacinto. Hossanas, bravos, vindos de Marques Pereira e do líder da bancada do Partido Socialista, Francisco Picado e também, pasmem-se, do líder do PAN, Rui Alvarenga.

Todos incentivar a candidatura do PS/PAN liderado pelo deposto à posteriori António Aguiar. Por isso o que aconteceu em São Jacinto não foi um acontecimento pessoal, mas sim o resultado de uma má gestão socialista, que como legado nos têm deixado as instituições muito mal, foi na Câmara Municipal de Aveiro e agora a Junta de Freguesia São Jacinto.

No presente, após o reconhecimento da dívida e do efeito de dívida, num território aveirense, algo era preciso fazer. Algo era preciso para resolver ou tentar resolver o problema.

Assim, o PSD irá votar favoravelmente este protocolo, pois ele irá permitir de uma forma responsável, assertiva, legal e exequível, resolver o grave problema das Contas da Junta de Freguesia São Jacinto deixado pela gestão socialista.

Apraz-nos também registar a requalificação do Parque Desportivo, quase devoluto da freguesia, e saber que o projeto do parque de campismo se encontra em franca laboração.

Neste assunto do presente, da análise da dívida, cometamos o comunicado do PS de trinta de abril, onde para resolver as dívidas propunha uma análise às mesmas e propunha o não pagamento cerca de 50% das mesmas.

Esse não é o nosso desiderato. A hora e os tempos não são fáceis. Mas no PSD acreditamos nas pessoas da Junta de Freguesia aqui representadas pelo Arlindo Tavares e na sua capacidade em conjunto com o executivo camarário levarem a bom termo esta tarefa.

O futuro é, esperarmos pela aprovação do Tribunal de Contas, fazer acordos de pagamento com os credores, com pessoas de bem, e trazer São Jacinto para junto das outras juntas de freguesia do concelho, para que em conjunto possam fazer crescer Aveiro nas vertentes da qualidade de vida dos aveirenses e de quem nos visita.

Por último, e para terminar, gostava de saber Senhor Presidente da Câmara, se há oito, nove anos, quando veio para esta casa, poderia propor ou fazer financeiramente este protocolo? Se não, por que hoje o pode?”

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD)⁰³⁴

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰³⁵

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁷

“Senhor Presidente muito obrigado. Muito obrigado a todos. Peço apenas uma nota de compreensão para justificar que não estarei na discussão político partidária sobre esta matéria. Está tudo dito e muito bem-dito. Nomeadamente pelas últimas intervenções, mas eu não estarei nessa dimensão por uma questão muito simples. O Presidente de Câmara, neste dossier, tem que ter todo o cuidado para gerar todas as condições para que possamos ter o visto do Tribunal de Contas. E é esse trabalho em que estou absolutamente concentrado e, portanto, no exercício das funções, obviamente sou eu que vou assinar o contrato, é a Câmara num ofício que assinarei também que vai enviar o Processo ao Tribunal de Contas. Este não é um processo da Junta de freguesia. É bom que saibamos que, perante o Tribunal de Contas, este é um processo da Câmara, porque é a entidade que faz a despesa que tem que ter visto do Tribunal de Contas, não é a entidade que recebe a receita. A entidade que recebe a receita não tem nada a ver com o assunto. Quem faz a despesa é que tem de ir buscar o Visto, como em qualquer tipo de despesa.

Na matéria política, repito, está tudo dito e muito bem-dito e eu vou responder àquelas questões que entendo pertinentes em razão desta dimensão institucional, no cuidado que estou a ter na gestão deste processo desde o início para conseguirmos o visto do Tribunal de Contas.

Senhor Nabais, duas ou três questões muito simples. Eu concordo parcialmente consigo naquela questão de que São Jacinto foi esquecido muitos anos. É verdade a Câmara Municipal de Aveiro não ligou nada a São Jacinto durante muitos anos.

Também porque São Jacinto tinha uma forma de gerir que afastava a sua própria Câmara. Viveu dos Estaleiros, viveu do R10, viveu da extração de inertes, e a Câmara, olhe, estava também no seu conforto. Aquilo é lá longe e, portanto, enfim, a Câmara tratar de São Jacinto para quê? São Jacinto tinha mais que recursos para tratar de si próprio.

Há uma câmara que mudou isso. Houve só uma câmara das nossas Câmaras todas que fez um exercício diferente, que foi a Câmara a que eu me honro de presidir. Fazendo uma

intervenção regular, pontual, de eventos, etc. Como se faz em todo o território do nosso município. E com isto não estamos a pagar nada. Com isto, estamos a pagar os dois objetivos que este protocolo tem. Não está a pagar nenhuma dívida com esse tal passado, porque entendemos que as questões não se colocam nesse plano.

Quanto às suas reservas eu compreendeu-as, mas tenho de dizer duas ou três coisas. Até ao final do presente mandato de que sou responsável, a Câmara Municipal de Aveiro não entregará a gestão destes equipamentos a entidades privadas.

Não estamos a pensar nisso, portanto, há aqui uma preocupação sempre vossa, de quando leem uma expressão de profissionais devidamente habilitados, põe para privados. Não, não. Nós temos muitos profissionais competentes e de grande qualidade no setor público e, portanto, estamos a falar de gestão com a nossa equipa técnica. Temos uma equipa de grande qualidade na área do desporto e das infraestruturas, na área da engenharia da arquitetura e, portanto, é com ela que nós queremos fazer esse trabalho.

Chamaremos empresas privadas para algumas tarefas, pois com certeza que sim. Não há nenhuma empresa de construção civil da Câmara. Não temos na Câmara produção de balizas ou de relvados sintéticos, quer dizer, obviamente, vamos precisar de coisas com entidades privadas? Claro que sim. Mas não entregaremos a gestão do nosso complexo desportivo, obviamente, no cenário da validação daquilo que estamos aqui a fazer a nenhuma entidade privada. Precisaremos de muitas a prestarem-nos serviços, pois com certeza que sim, porque nós não seríamos capazes de fazer uma carrada de coisas que é preciso fazer para qualificar aquela estrutura e pô-la ao serviço dos cidadãos.

Quanto à dívida. Olhem, eu sei que é um clássico e Aveiro discutir-se o valor da dívida. Aliás a da Câmara andou sei lá quantos anos. Mas para nós acabou a conversa. Posso enviar-vos o ofício da Câmara para a Junta de freguesia sobre esta matéria. O último ofício sobre esta matéria, enviado a 27 de Julho do ano passado de 2022, define o tal valor dos 610.000 euros. Obviamente que este ofício está assente numa informação técnica dos nossos serviços. Fizeram um trabalho de extrapolação do valor total da dívida, com base nos poucos relatórios de gestão do Parque de Campismo que nos chegaram. Porque de resto a Junta incumpriu sistematicamente, não enviando relatórios e, portanto, para quê, para termos um valor e fechar esta conversa.

Sabeis que em regra um dos truques de quem não quer pagar uma dívida e nunca conseguir fechar o seu valor. É um clássico dos incumpridores e dos devedores é andar sempre a discutir o valor para nunca pagar valor nenhum. É um clássico e isto aconteceu em São Jacinto. Qual foi a solução que eu propus ao Presidente Arlindo e que o Presidente Arlindo concordou, qual o foi o último valor que a câmara formalmente calculou e apresentou à Junta de Freguesia. Foi este o valor. Acabou a conversa. Obviamente está no protocolo que a anulação desta dívida é por movimento contabilístico. Não há movimento financeiro.

É pá, se analisássemos isto com pormenor, não era 610, era 740 ou 528. Interessa para uma coisa? Não interessa rigorosamente para nada.

Portanto, entendemos neste quadro, usando esta formalidade, fechar este assunto por um motivo muito simples. No acordo que temos neste processo há duas operações que queremos fazer. Queremos que a Junta de freguesia pague tudo a quem deve e queremos investir e pôr ao serviço devidamente, com a devida qualidade, os equipamentos do complexo desportivo. São estas as duas coisas que nós queremos e mais nada. Andar aqui com a conversa da treta, de não sei o quê, siga, não vale a pena.

Quanto à Auditoria. Olhe, também está tudo dito e o Presidente Arlindo foi meridianamente claro.

Fui eu, em dois ofícios por mim assinados, solicitei uma Auditoria à Junta de Freguesia de São Jacinto, ao Inspetor-geral de Finanças. Eu não disse que havia só um plano financeiro grave. Eu disse, escrevi, que havia indícios graves de gestão danosa.

Os meus textos são de português meridianamente claro. Assumi essa responsabilidade com o papel timbrado da Câmara e com a minha assinatura. Ainda esta semana no encontro nacional de Autarcas que tivemos, no seminário de encontro de autarcas que tivemos em Matosinhos, tive oportunidade de estar com o Inspetor-chefe da região centro da IGF, perguntei Senhor doutor, Alexandre Armado é o nome dele, como é que está o nosso processo da auditoria à Junta de Freguesia São Jacinto? Ó Senhor Presidente, não sei, ainda não chegámos lá, o monte é tão alto que nem sei quando chegamos lá.

E do Tribunal de Contas, o Senhor Presidente disse, o que disse, só esperamos é que ande rápido, o da IGF ande rápido, está tudo dito sobre esta matéria. Por mim e tive aqui incompreensões, já foi falado sobre isso pelo Senhor Presidente e está dito também de forma e meridianamente clara.

Sabendo que o processo do Tribunal de Contas, foi agora colocado em marcha, porque um ofício do Tribunal de Contas à Presidente da Assembleia de Freguesia em meados do ano passado, foi sonogado pelo então Presidente da Junta de Freguesia do Partido Socialista. Sonegou o ofício. Na arrumação de papéis que o atual executivo está a fazer, encontrou o ofício sonogado, o que é crime, que ia dirigido em português claro à Senhora Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, que tem o mesmo nome e é a atual Tesoureira da Junta de Freguesia.

O que é que se fez agora? Obviamente, encontrado ofício, já se respondeu ao Tribunal de Contas, esperando com essa resposta, se possa ter o desenvolvimento do trabalho do Tribunal de Contas e seja, de facto, tratada a matéria naquilo que é a clarificação de tudo o que é documental, o que é financeiro, o que é procedimental, e também as devidas responsabilidades criminais. Porque as políticas estão todas mais que arrumadas com a renúncia ao mandato do Presidente, dos autarcas e dos candidatos de toda a lista do Partido Socialista e com a derrota clara que os herdeiros levaram nas eleições de Novembro do ano passado. Lembrando que, a número 2 da lista era a Tesoureira do primeiro dos mandatos em causa e a número 3 era um famoso vereador, um ex-vereador, entre aspas, especialista em questões de Finanças.

E, portanto, a questão política está tratada. Esperemos muito, esperamos muito, sinceramente, era muito bom para toda a gente que as questões inspetivas sejam tratadas devidamente.

O Bernardo colocou esta questão que eu julgo que a dou como explicada, de qual foi o racional. Há uma dívida financeira a terceiros que tem aquele valor e que nós, pelo que temos a solução desta maneira, há uma dívida que não tem, nunca teve uma assunção de formal definitiva nas Contas da Câmara e nas Contas da Junta, entendemos fechar de forma como eu acabei de explicar e, portanto, por essa via é que nós fixamos estes dois valores e no valor total que resolvemos a operação em definitivo.

Dar conta que, desde o início, desde que comecei a aperceber da situação financeira da Junta de Freguesia de São Jacinto, que durante muito tempo me foi ocultada, que sempre falei com toda a clareza com o Presidente António Aguiar, sobre aquela que era a minha ideia para ter uma solução.

É evidente que nunca tivemos uma minuta de protocolo, porque, obviamente, nunca passou do de conversas e foram muitas, mas que ele nunca deu seguimento. Lembro que nos ocultou a dívida desde sempre. Nós só percebemos com quem estávamos a falar, exatamente numa Assembleia Municipal em Novembro de 2020, quando votávamos o Plano e Orçamento de 2021. Só aí em plena Assembleia Municipal e que nós percebemos com quem estávamos a lidar e a partir daí foi uma descoberta muito clara, muito linear, lembrando que a última grande dívida que se descobriu, a tal dívida superior a 200 mil euros à ADRA é uma descoberta de meados do ano passado.

A Celme dar nota, há aqui duas questões de natureza técnica, que eu queria deixar claro porque esta coisa das transmissões é muito bonita, mas se fizerem uma extração de uma frase vossa, tudo isto pode ter um dano grave, porque são frases e palavras graves que não podem ou não devem (poder tudo é possível), mas não devem ser usadas, porque se isoladas, não a vossa intervenção porque ela foi correta, mas se isoladas podem ser graves. “Resgate”. Ninguém está aqui a resgatar coisíssima nenhuma. Não há nenhuma operação de resgate. Formal e financeiramente “resgate” é uma outra coisa, ok. Eu sei que estas coisas assim eu sei o que querem dizer e não são exatamente aquilo que querem dizer, são aquelas coisas do entre aspas. Percebemos isso todos como evidente. Mas só para deixar claro, esta não é uma operação de resgate. Esta operação está clara e cristalina na sua formulação jurídica e nos seus objetivos.

E a outra questão da Inês. É quando referenciou essa frase, se isolada é perigosa “não há enquadramento legal para esta proposta”. Há sim senhor. Esta proposta tem todo o enquadramento legal. Esta proposta cumpre a Lei do Estado português. O que eu disse e repito, para não haver dúvidas, não há na lei um instrumento desenhado de forma linear para resolver este tipo de problemas, como há para os municípios o Fundo de Apoio Municipal. Para freguesias não há, ok. Agora esta proposta que temos aqui é legal? Claramente que é legal. Mas, de facto, não há na lei um instrumento direitinho como há para os municípios para se resolver problemas desses. Portanto, eu concordo com tudo isso, apenas cuidado com o eventual isolamento desta pequena frase que obviamente podia ser, podia perturbar o nosso raciocínio.

Há uma nota última que é interessante. Nós obviamente fizemos todo este trabalho e tivemos cuidado na formulação. Realmente houve envolvimento de técnicos nossos para nos ajudar e da CCDR (já referenciei) para irmos para o Visto da forma mais sólida possível, como é evidente. Mas nós também pensávamos o mesmo quando fomos da primeira vez com o nosso programa de ajustamento municipal e ele não teve visto, chumbou. É evidente que não acabou o mundo. Nós lemos o que o Tribunal contas escreveu, digerimos, por mais que algumas das coisas que o Tribunal escreveu nós não concordássemos. Não concordávamos com tudo, mas Tribunal é Tribunal, interpretámos, fizemos os ajustamentos que entendemos pertinentes à luz daquilo que o Tribunal escreveu, porque obviamente o Tribunal para chumbar tem que dizer de forma clara porque é que o faz. E fomos apresentar pela segunda vez e tivemos vencimento.

Portanto é com esse espírito que nós vamos ao Visto, querendo muito, obviamente, que ele seja aprovado, enfim, se o não for, obviamente, estudaremos devidamente a justificação do Tribunal, mas entendemos que o quadro legal que o país tem e em que se enquadra esta operação é merecedora de Visto. Mas esta é a nossa opinião, quem emite vistos é o Tribunal de Contas e temos obviamente que esperar e respeitar aquela que venha a ser a decisão do Tribunal.

As questões da Dr.^a Ana Maria julgo que já falei tudo. Queria apenas deixar duas palavras finais. A primeira é que esta não problema nenhum dos cidadãos São Jacinto! Não vale a pena, nós virmos para aqui dizer que vamos resolver o problema da população de São Jacinto, isso não existe. Isto é um problema do Estado português. Isto é um problema dos portugueses, dos aveirenses e, obviamente das pessoas de São Jacinto. Mas este não é um problema da população de São Jacinto. Uma Junta de freguesia não é da população de São Jacinto. O município de Aveiro não é da população do município de Aveiro. A junta e o município, como todas as juntas e todos municípios são do Estado português, são de todos os portugueses. Portanto, não vale a pena, porque isto é muito importante, porque é o Estado português que tem que arranjar uma solução para aquilo que é seu. E quando nós estamos a fazer isto na Câmara, que é uma unidade do Estado português, estamos a fazer, porque está em causa unidade do Estado português.

Portanto não estamos a resolver problema nenhum da população de São Jacinto. Estamos a resolver um problema aos portugueses e a Portugal, porque se trata de uma unidade do Estado português. Esta não é nenhuma Associação dos moradores ou dos residentes de São Jacinto. É muito importante que isto fique meridianamente claro também para o Tribunal de Contas, porque está em causa uma unidade do Estado português.

Obviamente, e esse é o sentido das palavras do Casimiro e de outros que referenciaram esta questão dessa maneira, se nós tivermos em São Jacinto uma Junta de Freguesia normal, bem gerida, isso tem um ganho para as populações que serve mais diretamente, obviamente que sim. Vamos servir com mais prontidão, com mais rapidez, com menor custo, etc. Nós estamos a fazer aquilo que queríamos que fosse a Junta a fazer em tantas matérias. Ainda ontem na reunião de Câmara, aprovamos mais uma avença de quase 6.000 euros para termos as baterias sanitárias em São Jacinto limpas e bem geridas, abertas a todos.

Se fosse a Junta de Freguesia a gerir esta operação custava muito menos dinheiro. Portanto, obviamente que há ganhos. Claro que há ganhos para a população. Claro que sim. Mas atenção o que está aqui em causa não é uma coisa da população de São Jacinto. O que está aqui em causa é uma unidade do Estado português.

Última nota. É uma palavra final de profundo agradecimento e reconhecimento aos autarcas portugueses. Não há perfeição nos autarcas, não há perfeição nos engenheiros, não perfeição nos arquitetos, nos advogados, não há perfeição em grupo profissional nenhum. Somos todos seres humanos. Mas de facto se há gente que serve o país de forma leal, trabalhadora, ganhando muito pouco dinheiro, excetuando os poucos que o fazem sem seriedade, mas são seguramente uma minoria, são os autarcas portugueses.

E lembrar uma sondagem, enfim, que a comunicação social de uma forma incorreta, cita o mérito que o povo dá às Juntas de Freguesia, apenas 2 pontos percentuais abaixo, estão as câmaras municipais, e esses 2 pontos são mais pequenos que a margem de erro da sondagem. Mas é inacreditável porque a comunicação social adora aquelas coisas que surgem bem antes de condenar, seja que presidente de câmara for condená-los na praça pública. O presidente de junta, este por exemplo, fez o que fez em São Jacinto, foi alvo de quantas notícias?

É mais importante para o país, a miséria a que foi votada a gestão da Junta de freguesia ou notícia da matilha de cães (que queremos resolver também) o que é mais grave para o país? Portanto na pessoa do Arlindo e dos seus dois colegas de campo, a sua tesoureira e o seu secretário, eu quero deixar essa homenagem aos autarcas portugueses, aqueles que tantas vezes, como vocês, nem sequer a retribuição financeira pequena a que têm legalmente direito, e então se pagassem há hora tinham de pagara uma fortuna, porque sou testemunha das horas fora de horas, de noites, de fins de semana, de estarmos a despachar e a discutir ou domingo de manhã em vez de estarmos a dormir um bocado mais. E, portanto, quero deixar em vocês os três um abraço e a minha homenagem aos autarcas portugueses. Muito obrigado.”

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação⁰³⁸ o Ponto 1 – Apreciação e votação do Protocolo de Cooperação Especial entre a Câmara Municipal de Aveiro e a Junta de Freguesia de São Jacinto, sendo a proposta aprovada por maioria, com trinta e quatro votos a favor (PSD19+CDS5+CH1+PS6+PAN2+PCP1), duas abstenções (BE2), e zero votos contra.

Seguiram-se as seguintes declarações de voto.

Vogal António Nabais (PCP):⁰³⁹

“Votámos a minuta de protocolo, mas como disse no período de discussão, tenho profundas reservas que a dívida referida na alínea b) do parágrafo 3, da clausula 4.ª, esteja correta. Os elementos de que dispomos, baseados em documentos da Junta de Freguesia de São Jacinto, dão a convicção que a dívida da Freguesia ao Município é muito menor que 610 mil euros. E entendemos ser imperioso, para que haja justiça, apurar o valor dos incumprimentos do município para com a freguesia, ao abrigo dos protocolos que existiram e subtrair o seu valor à dívida. Para além do que se disse acima, achamos absolutamente necessário que as contas entre a Freguesia e o Município sejam auditadas por uma entidade tecnicamente competente e independente mesmo que o presente documento, como me parece, seja obrigatoriamente sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD):⁰⁴⁰

“O PSD vota favoravelmente este protocolo entre a CMA e a Junta de Freguesia de São Jacinto, pois ele é indispensável para a resolução da situação financeira da Junta de Freguesia. Quero registar também que, essa situação financeira é fruto da incapacidade, da irresponsabilidade e incompetência de um estilo de gestão. Por ultimo registar que o voto favorável neste protocolo é o reconhecimento da boa gestão deste executivo que lhe permitiu sair de um estado de dívida calamitoso para um estado de boas contas e de estabilidade financeira que lhe permite propor e fazer cumprir este protocolo.”

Ponto 2 – Apreciação e votação da proposta de Contrato para a Execução da Empreitada de "Requalificação e Ampliação da Escola Básica dos Areais" - Alteração às Fontes de Financiamento.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública, realizada em 01/06/2023, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara⁰⁴¹ para apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴²

“Muito obrigado. De uma forma muito sucinta, ainda há pouco tempo tivemos um ponto parecido com estes. Estamos em final de quadro comunitário 20/20 e, obviamente, que as obras que vão começar agora não podem ser elegíveis ao 20/20, porque obviamente a maior parte da sua execução cairá para além do ano último da execução do 20/20, que é o ano que estamos a viver. Portanto, não podemos manter na estrutura orçamental que temos essa previsão de receita que alimenta esta despesa, da obra de reabilitação de Escola dos Areais.

Neste quadro, como temos capacidade financeira, capacidade orçamental para o fazer, aprovámos na Câmara, vem à Assembleia para aprovar esta alteração às fontes de financiamento para mandamos ao Tribunal de Contas. Com a nossa aprovação seguirá já na segunda-feira para o Tribunal para termos o visto, de forma a que o nosso empreiteiro, que após três concursos conseguimos ter empreiteiro para fazer esta obra, possa iniciar os atos preparatórios desta obra e possamos executar. Portanto estamos nos atos finais de negociação, falaremos depois sobre isso no nosso ponto penúltimo da ordem de trabalhos.

Estamos na fase final de negociação do arranque do Portugal 20/30 e esta Escola é uma daquelas que queremos apresentar a financiamento. Mas ainda faltam uns meses seguramente para abrirem os concursos, para podermos apresentar candidaturas, para podermos ter contratos assinados, para podermos meter no orçamento essa fonte de receita. Por enquanto temos toda a capacidade financeira para seguir em frente com a nossa obra e, obviamente, todo o tempo do mundo para virmos a lutar por ter a obra financiada pelo 20/30. Neste quadro, este é o caminho que temos para criar as condições orçamentais para temos Visto e para que o nosso empreiteiro possa começar a executar esta obra. Estarei ao dispor para alguma questão que entendam por bem. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Celme Tavares (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁴

“Enquanto residente em Santa Joana e eleita pelo Bloco de Esquerda na Assembleia de Freguesia, conheço bem as necessidades de requalificação da Escola dos Areais. Votamos favoravelmente por considerarmos as obras na Escola básica dos Areais de máxima importância e urgência. A escola pública deve ser de qualidade e isso também passa pelo seu edificado e conforto térmico. Votamos favoravelmente dentro das condicionantes apresentadas pelo executivo. Obrigado.”

Vogal Inês Abreu (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁵

“O CDS-PP vai votar favoravelmente, porque realmente foi uma aposta deste executivo a recuperação das escolas e, nesse sentido é de importância fazerem-se estas alterações às fontes de financiamento conforme qui foi explicado pelo Senhor Presidente. Sendo que esta operação vai de encontro com os objetivos estratégicos e específicos dos apoios do 20/30 para a Região de Aveiro, no que diz respeito às apostas em serviços públicos, em orientados para a qualidade de vida, a educação, portanto está para vir a ser enquadrado nos financiamentos dos apoios do 20/30. Nada mais a acrescentar. O CDS vai votar favoravelmente esta alteração às fontes de financiamento. Tenho dito.”

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁶

“Muito obrigado Senhor Presidente, muito rapidamente. Este é, de facto, um processo já repetido, acima de tudo, destacar esta vontade deste executivo, de cumprir com um compromisso com os eleitores, que foi e que está explanado na Carta Educativa, de que até final de 2023 todo o seu parque escolar será intervencionado. E, portanto, esta é uma pró-forma, digamos, para acelerar este processo ao final do terceiro concurso. Sendo que, também gostava de realçar que ainda hoje foi inaugurada a escola EB da Póvoa do Paço, a segunda escola na freguesia de Cacia, tendo a Quinta de Loureiro já sido inaugurada e, portanto, este é mais uma prova do compromisso deste executivo pela educação e em prol da Educação no município. Muito obrigado.”

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação⁰⁴⁷ o Ponto 2 – Apreciação e votação da proposta de Contrato para a Execução da Empreitada de "Requalificação e Ampliação da Escola Básica dos Areais" - Alteração às Fontes de Financiamento, sendo a proposta aprovada por maioria, com trinta e cinco votos a favor (PSD19+CDS5+CH1+PS6+PAN2+BE2), uma abstenção (PCP1), e zero votos contra.

Não houve declarações de voto.

Continuando, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante à reunião da Sessão, não se verificando oposição.

Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções.

Submetida à votação, a acta em minuta foi aprovada por unanimidade,⁰⁴⁸ cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

Continuando o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião da sessão, informando que a Sessão continuará no dia 20 de Junho (terça-feira), na sede da Assembleia.

Eram 23:45 horas do dia 16 de Junho de 2023.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do disposto no artigo 45.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador da subunidade da estrutura orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:15)